

# Boletim Finanças Públicas

3º Quadrimestre

Salvador, v.1 n.2, set-dez. 2014

Governo do Estado da Bahia  
**Rui Costa**

Secretaria do Planejamento  
**João Leão**

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
**Eliana Boaventura**

Diretoria de Indicadores e Estatísticas  
**Gustavo Casseb Pessoti**

Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas  
**João Paulo Caetano Santos**

Equipe Técnica  
**João Gabriel Rosas Viera**  
**Maria Cristina da Silva Pereira**  
**Leonardo Lopes Marques**

Coordenação de Biblioteca e Documentação  
Normalização  
**Eliana Marta Gomes Silva Sousa**

Coordenação de Disseminação de Informações  
**Augusto Cezar Pereira Orrico**

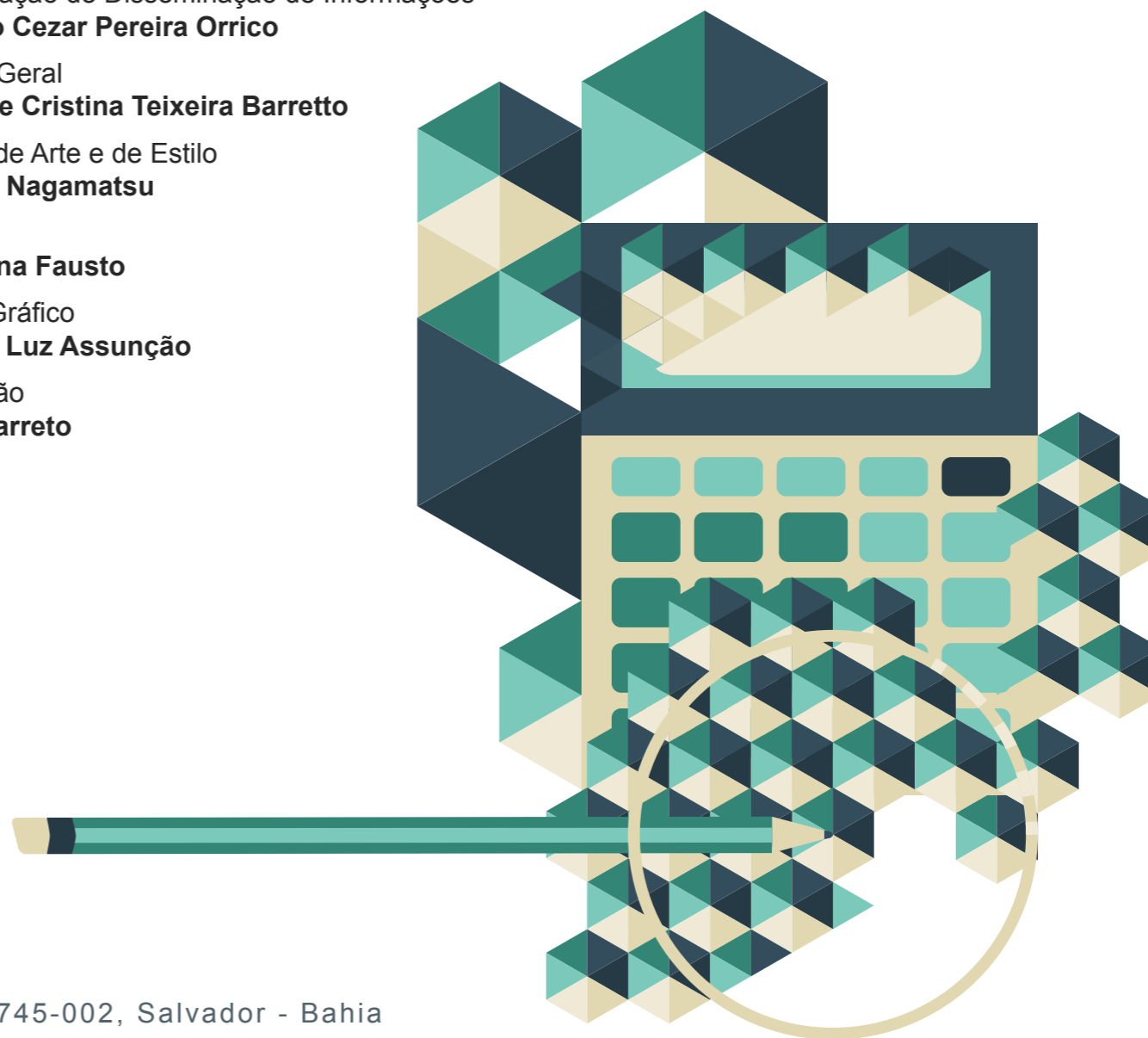
Editoria-Geral  
**Elisabete Cristina Teixeira Barretto**

Editoria de Arte e de Estilo  
**Ludmila Nagamatsu**

Revisão  
**Christiana Fausto**

Design Gráfico  
**Vinícius Luz Assunção**

Editoração  
**Marta Barreto**



Av. Luiz Viana Filho, 4ª avenida, 435, 2º andar, CAB, CEP 41745-002, Salvador - Bahia  
Tel.: 55 (71) 3115-4704 Fax: 55 (71) 3116-1781 [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)



# SUMÁRIO

## PLANO INTERNACIONAL

### UNIÃO

### ESTADOS

### MUNICÍPIOS

### APÊNDICES – TABELAS

#### **Apêndice A – União**

1.1 LOA 2014 - Transferências Constitucionais

1.2 Arrecadação bruta mensal de receitas federais administradas pela SRF

1.3 Despesas Primárias do Governo Central

1.4 Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP)

1.5 LOA 2014 - Despesa Execução - Programa de Aceleração do Crescimento - BA

1.6 LOA 2013 - Despesa Execução - Programa de Aceleração do Crescimento - BA

1.7 LOA 2012 - Despesa Execução - Programa de Aceleração do Crescimento - BA

1.8 LOA 2011 - Despesa Execução - Programa de Aceleração do Crescimento - BA

#### **Apêndice B – Estados**

2.1 LOA 2014 - Transferências Constitucionais

2.2 Fundo de participação dos Estados - FPE, por unidade da Federação

2.3 Transferências Voluntárias, por unidade da Federação

2.4 Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação

2.5 Despesa executada do Estado, segundo a categoria econômica, por bimestre

2.6 Dívida Consolidada Líquida (DCL), Receita Corrente Líquida (RCL) e Relação DCL/RCL.

#### **Apêndice C – Municípios**

3.1 Transferências Voluntárias aos municípios, por unidade da Federação

3.2 Repasses Constitucionais dos estados aos municípios

3.3 Repasse mensal de ICMS aos municípios baianos

3.4 Repasse mensal de IPI aos municípios baianos

3.5 Repasse mensal de IPVA aos municípios baianos

3.6 Fundo de participação dos municípios – FPM, valores transferidos aos municípios baianos

3.7 Fundo de participação dos municípios - FPM, por unidade da Federação

## PLANO INTERNACIONAL

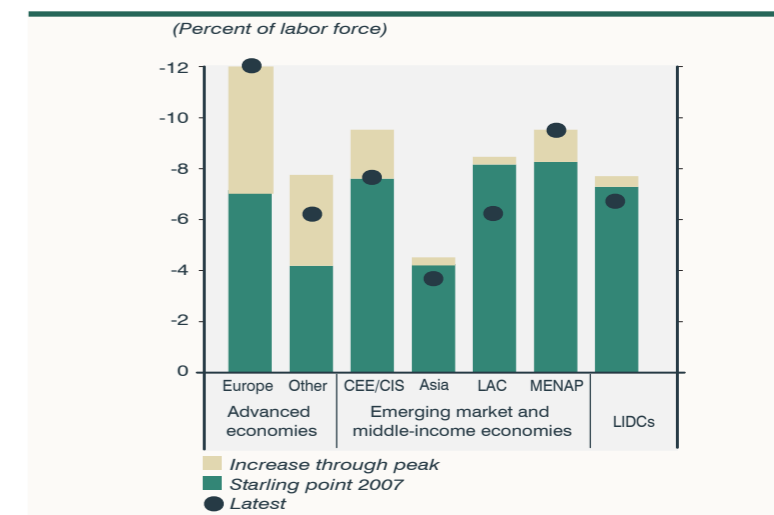
A última edição do monitor fiscal do Fundo Monetário Internacional (FMI) dedicou enfoque especial ao papel da política fiscal para a criação de empregos nas economias mundiais. Com os níveis de emprego ainda impactados pelos efeitos da crise financeira internacional, crescem as preocupações acerca dos impactos de longo-prazo que o afastamento dos postos de trabalho pode ter sobre a erosão das habilidades e desenvolvimento de capital humano, sobretudo nas economias avançadas. Nas economias emergentes e de baixa-renda, onde a perda de postos de trabalho por conta da crise foi moderada, a informalidade permanece alta e a criação de empregos pode ser insuficiente para incorporar uma larga parcela da população jovem que entre no mercado de trabalho.

O impacto da política fiscal sobre o mercado de trabalho, entretanto, depende das circunstâncias institucionais vigentes em cada país (nível de rigidez do mercado de trabalho) e da coordenação com outros tipos de políticas macroeconômicas.

O gráfico 1 apresenta a média da taxa de desemprego por grupo de países, segundo dados organizados pelo fundo.

No retângulo que representa os países latino-americanos, é possível observar que o percentual da força de trabalho desempregada, em média,

situa-se no patamar um pouco acima dos 7%. No caso do Brasil, os dados da PME de dezembro de 2014 colocam o país com uma taxa de desocupação de 4,3%, a menor da série histórica e uma das menores taxas dos países latino-americanos selecionados para compor o gráfico. À exceção dos países asiáticos, os demais grupos de países apresentam taxas de desemprego superiores aos países latino-americanos, com o destaque para as economias avançadas, cuja taxa média de desemprego, segundo dados organizados pelo relatório, está acima dos 10%. Desse modo, a superação desse quadro está no centro do debate internacional sobre as políticas econômicas (incluindo a política fiscal) a serem adotadas pelos *policymakers*.



**Figura 1 – Taxa de Desemprego Média por Grupo de Países**

Fonte: International Monetary Fund, Fiscal Monitor—Back to Work: How Fiscal Policy Can Help (Washington, October 2014).

Sources: International Labor Organization; World Bank; and IMF staff estimates. Note: Averages weighted by population. All groups show 2013 unemployment data, except for low-income developing countries, which refer to 2012 data. CEE/CIS= Central and Eastern Europe and Commonwealth of Independent States; LAC = Latin America and the Caribbean; MENAP= Middle East and North Africa and Pakistan; LIDCs= low-income developing countries.

O impacto sobre o mercado de trabalho, no entanto, dependerá da arquitetura da política fiscal adotada. De acordo com as evidências empíricas coletadas pelo FMI, para surtirem efeito no médio-prazo, a política fiscal das economias emergentes deverá priorizar a mobilização de receitas ao invés de cortes de gastos públicos, especialmente dada a carência de serviços públicos essenciais como a infraestrutura. Entretanto, a prioridade para países que experimentaram um rápido crescimento das despesas nos últimos anos seria uma racionalização dos gastos. Na direção de aprimorar o perfil do mercado de trabalho dessas economias emergentes, políticas públicas que almejem a criação de trabalhos mais produtivos e melhores remunerados terão maior impacto no crescimento econômico sustentado de longo prazo.

Os desenvolvimentos fiscais recentes nas economias avançadas (EUA, Zona do Euro, Japão, Reino Unido, Canadá e Outros) apontam para uma moderação no grau de ajuste fiscal. Com o objetivo de conciliar os ajustes com a recuperação econômica, as economias avançadas estão enfrentando o desafio de ter que manejar uma reforma neutra em termos orçamentários através de mudanças de impostos ou corte de gastos orçamentários.

Na Zona do Euro, os ajustes estão mais balizados no corte de despesas do que em anos an-

teriores, e, em alguns casos, acompanhado por corte de impostos.

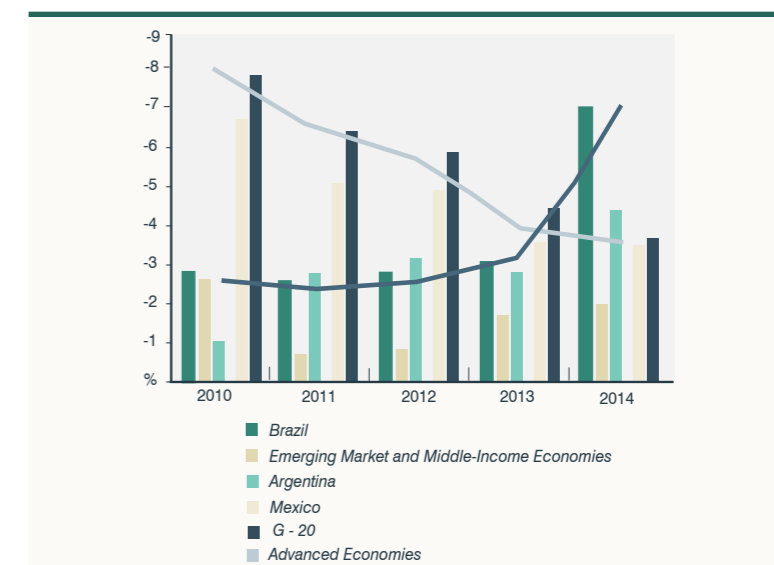
Outro grupo de países (Grécia, Holanda, Noruega, Finlândia e Reino Unido) está executando reformas tributárias com a intenção de reduzir a carga tributária sobre o trabalho e sobre as empresas e assim tentar aumentar o nível de ocupação e competitividade.

Alguns países (Canadá, Alemanha, Itália, Reino Unido) estão ampliando os gastos com investimento público. A maioria, no entanto, está concentrando esforços para aprovar reformas estruturais com o objetivo de aumentar o produto potencial, cujos impactos não são neutros em termos orçamentários (custos elevados). Reformas que aumentem a flexibilidade do mercado de trabalho, redução de custos administrativos que melhorem o ambiente de negócios, reforma do sistema judicial, aumento da eficiência dos setores de transporte e energia e fortalecimento e regulação do setor financeiro são difíceis de aprovar nas casas legislativas e envolvem elevados custos políticos e sociais. As circunstâncias político-institucionais vigentes em cada país determinarão a extensão das reformas.

A parte os esforços de reforma, a projeção dos indicadores<sup>1</sup> que medem o desempenho da po-

<sup>1</sup> Ver sumário técnico.

lítica fiscal continuam num patamar elevado. As projeções do FMI para o déficit nominal das economias avançadas é de uma redução de 0,8% do PIB (queda de -3,9% para -3,1%). Nas economias emergentes, essa projeção mantém-se no mesmo patamar esperado para 2014, 1,9% do PIB, em que o Brasil, segundo projeções do fundo, reduziria seu déficit nominal de 3,9% para 3,1%. No entanto, os resultados obtidos pelo setor público consolidado no Brasil mostram uma situação diferente. Ao final de 2014, o setor público consolidado do Brasil apresentou um déficit nominal de 6,7%, valor 106% maior que o apresentado ao final de 2013, ano que este indicador encerrou em 3,25%. Desse modo, as necessidades de finan-



**Gráfico 1 – Overall Balance (Déficit Nominal) – Países Selecionados – 2010-2014**

Fonte: International Monetary Fund, Fiscal Monitor—Back to Work: How Fiscal Policy Can Help (Washington, October 2014).  
Elaboração: SEI/Coref.

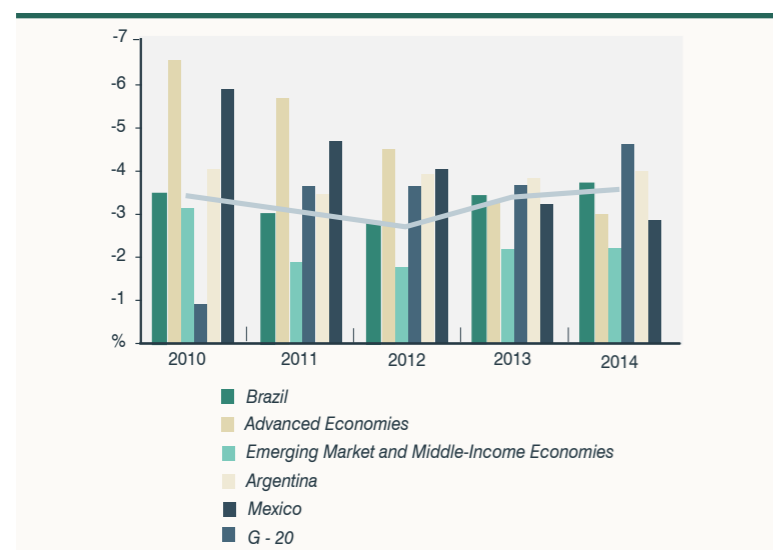
ciamento do setor público brasileiro estão acima das projeções do FMI, bem como da média dos países emergentes e renda média.

O balanço geral ajustado ao ciclo (CAB) confirma esta tendência nas economias avançadas ao estimar a queda do indicador em 0,5% do produto potencial (queda de -3,0% para -2,5%). Nas economias emergentes este valor responderá em 0,2% (queda de -2,2% para -2,0%). Essas projeções sugerem que o componente do balanço observado correlacionado com o nível de atividade econômica está diminuindo, o que implica numa redução dos gastos relacionados aos estabilizadores automáticos. Ou seja, as estimativas apontam que a política fiscal desses

grupos de países estarão direcionadas para a formação de poupança pública cada vez mais correlacionada ao nível de atividade econômica.

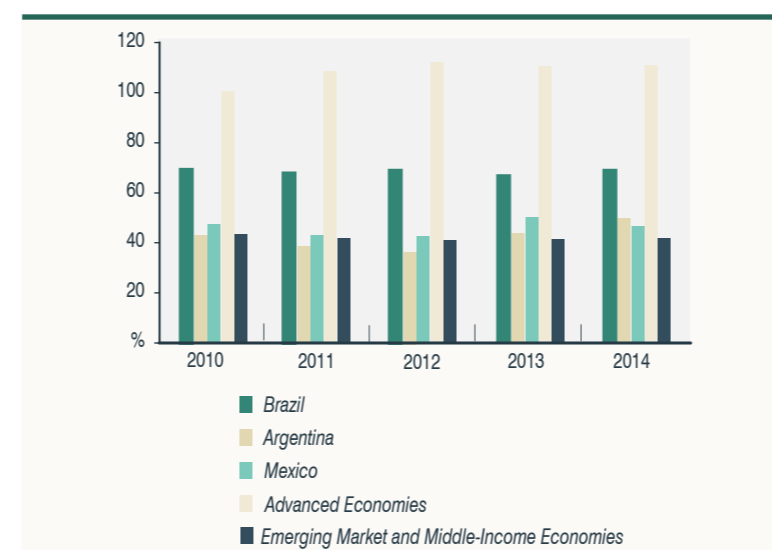
A estimativa da dívida bruta das economias avançadas para 2015 é de queda de 0,5% do PIB (queda de 106,5% para 106%). Apesar da estimativa de queda, os valores continuam num patamar muito superior aos níveis pré-crise 2008. Para as economias em desenvolvimento, a estimativa é que 2015 se encerre com um leve aumento no endividamento bruto (aumento de 40,4% para 40,7%). No caso do Brasil, cuja dívida bruta do governo geral encerrou 2014 em 63% do PIB<sup>2</sup>, as estimativas para 2015 apontam para uma leve queda do endividamento bruto.

A dívida líquida dos países avançados foi estimada para 2015 com um leve aumento de 0,4% do PIB (aumento de 73,6% para 74,%). Nos países emergentes, a estimativa do aumento da dívida líquida é que o aumento seja de 1% (aumento de 17% para 18%). Convém ressaltar que os fatores que influenciam o crescimento da dívida líquida estão estritamente relacionados à rentabilidade da composição patrimonial (ativos e passivos) de cada país. No caso do Brasil, cuja dívida líquida em 2014 situou-se em 36,7% do PIB, a maioria dos ativos em poder do governo geral são disponibilidades do governo federal no Banco Central (Reservas Internacionais) e créditos junto ao BNDES. Apesar de possuírem elevada liquidez, esses dois blocos



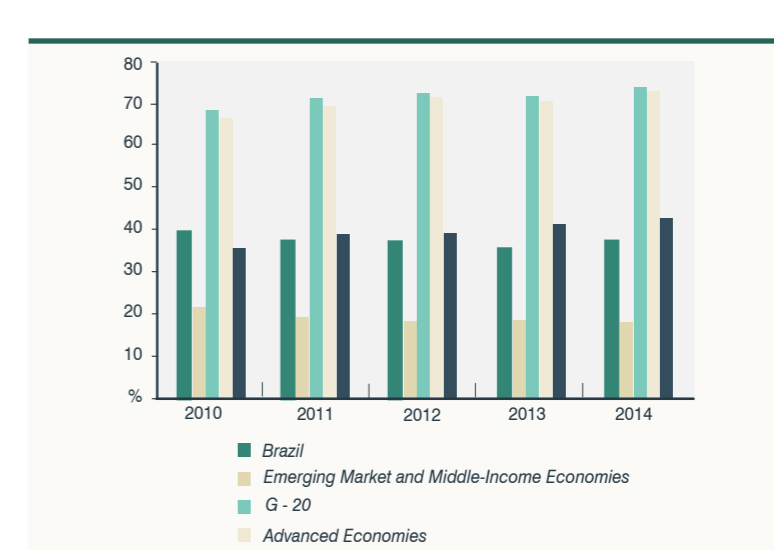
**Gráfico 2 – Cyclically Adjusted Balance (Balanço Ajustado ao Ciclo) – Países Selecionados – 2010 – 2014**

Fonte: International Monetary Fund, Fiscal Monitor—Back to Work: How Fiscal Policy Can Help (Washington, October 2014).  
Elaboração: SEI/Coref.



**Gráfico 3 – Gross Debt (Dívida Bruta) – Países Selecionados – 2010 – 2014**

Fonte: International Monetary Fund, Fiscal Monitor—Back to Work: How Fiscal Policy Can Help (Washington, October 2014).  
Elaboração: SEI/Coref.



**Gráfico 4 – Net Debt (Dívida Líquida) – Países Selecionados – 2010 – 2014**

Fonte: International Monetary Fund, Fiscal Monitor—Back to Work: How Fiscal Policy Can Help (Washington, October 2014).  
Elaboração: SEI/Coref.



de ativos possuem retorno praticamente nulo, o que contrasta com a composição dos passivos do governo geral, cujos indexadores da dívida bruta do governo geral são majoritariamente formados por índices pré-fixados e índices de preços. Desse modo, o comportamento da dívida líquida do setor público (DLSP) no Brasil apresenta peculiaridades enquanto indicador de sustentabilidade da dívida pública.

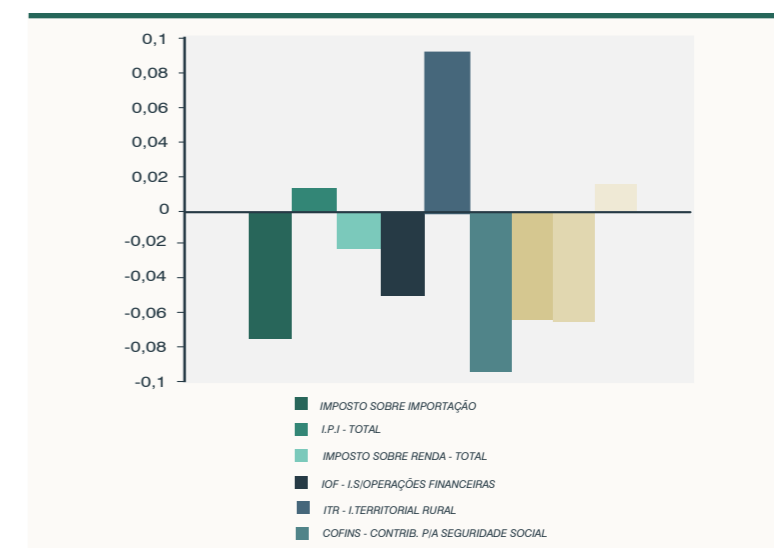
## UNIÃO

O desempenho das receitas federais (administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e de outras receitas recolhidas por Darf ou GPS, porém administradas por outros órgãos) encerrou o ano de 2014 com queda real de 1,79% em relação ao ano anterior. Correlacionados com a queda do nível de atividade econômica dos últimos trimestres, os impostos ligados à produção e à importação de mercadorias (IPI, IOF, COFINS, Imposto sobre importação) tiveram desempenho modesto ou negativo na arrecadação de 2014 com relação ao ano anterior (1,5%, -4,7% e -8,7% e -7,1% respectivamente). Para o IPI, os subitens IPI-Fumo, IPI-Bebidas e IPI-Outros apresentaram desempenhos acumulados positivos na ordem de 4,4%, 22,2% e 4,5% respectivamente. Os fatores que contribuíram para este desempenho acumulado foram a recomposição gradual das

alíquotas sobre o setor de móveis e linha branca e aquisição de automóveis. Em relação ao IOF, convém destacar o aumento de 0,38% para 6,38% na alíquota do IOF-Câmbio para saques no exterior com cartão de crédito ou débito. O decréscimo real do volume de vendas atestado pela pesquisa mensal de comércio (PMC-IBGE) foi um dos principais motivos causadores do desempenho negativo da CSLL. Os dados estão disponíveis na tabela 1.1 do apêndice A.

Os impostos sobre a renda e a propriedade (IRPF, IRPJ, IRRF, CSLL, Demais) por sua vez apresentaram desempenho difuso. Influenciados pela queda na lucratividade das empresas, o IRPJ e a CSLL encerraram o ano de 2014 com queda real de 9,7% e 6% respectivamente, em relação ao ano anterior. O IRRF por sua vez fechou o ano com aumento real de 3,4% na arrecadação em comparação ao ano de 2013. Esse valor está estritamente correlacionado com o crescimento da massa salarial, evidenciando a importância do nível de emprego para a arrecadação tributária federal. Influenciado pelo decréscimo na arrecadação do carnê-leão, o IRPF encerrou o exercício fiscal de 2014 com uma queda real de 1,1%. Os dados estão disponíveis na tabela 1.1 do apêndice A.

O resultado fiscal do setor público no ano de 2014 foi deficitário em 0,63% do PIB. Calculados pela metodologia abaixo da linha, em que

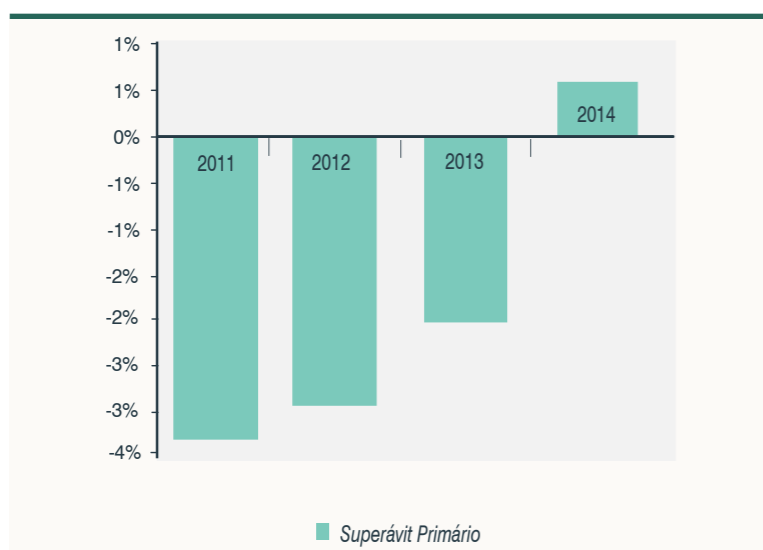


**Gráfico 5 – Taxa de Crescimento Real – Impostos e Contribuições Selecionados – 2013-2014**

Fonte: Secretaria da Receita Federal - SFB.  
Elaboração: SEI/Coref.

é possível visualizar o esforço fiscal de um determinado ente através das mudanças no estoque da dívida líquida, esse valor representa um ponto de inflexão na trajetória de resultados obtidos pelo governo central. O gráfico 6 mostra a trajetória desse indicador de 2011 a 2014. Dada a meta de superávit primário estipulada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015, 1,2%, isso significa que o saldo primário negativo remanescente de 2014 será acrescido à meta do ano seguinte, tornando o esforço fiscal de 2015 mais difícil.

As despesas do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) em 2014 apresentaram crescimento real de 5,2%



**Gráfico 6 – Resultado Primário – Governo Central – 2011-2014**

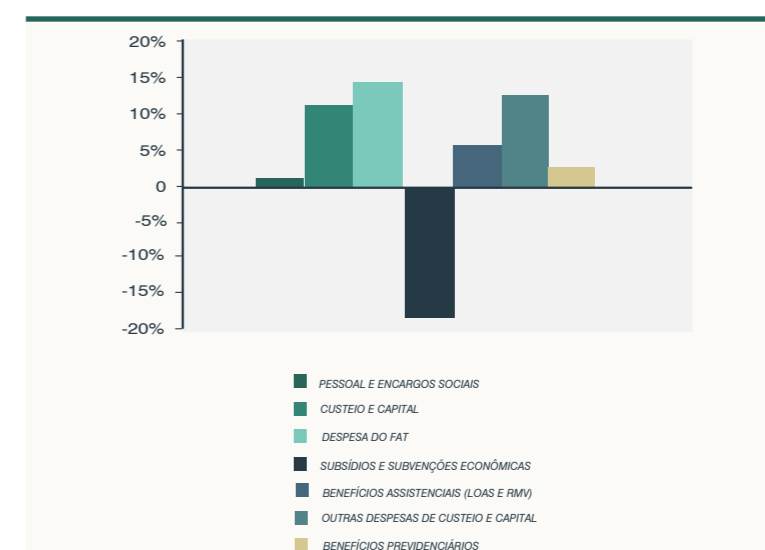
Fonte: Banco Central do Brasil - BCB.  
Elaboração: SEI/Coref.

com relação ao ano anterior. Os principais responsáveis pelo desempenho acumulado de 2014 foram aumentos nas despesas de custeio e capital (10,2%) e despesas do FAT (13,5%). O primeiro grupo envolve uma variedade de despesas, no entanto, as despesas discricionárias, os gastos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as compensações ao fundo do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) foram os principais responsáveis pelo aumento. Com relação as despesas do FAT, o aumento está estritamente relacionado aos desembolsos de abono salarial e seguro-desemprego, cuja dinâmica deveria refletir o desempenho do mercado de trabalho. No entanto, o crescimento contínuo dessas despesas, independentemente de oscilações no nível de atividade, torna difí-

cil a tarefa da administração fazendária. Tendo em vista os resultados fiscais abaixo do esperado, o Governo Federal anunciou um pacote de medidas fiscais com o intuito de controlar especificamente este grupo de despesas (Abono Salarial, Seguro-Desemprego, Seguro-Desemprego do pescador, Pensão por Morte e Auxílio Doença). O quadro 1 no apêndice B resume as principais mudanças tomadas.

Contrabalanceando os aumentos nas despesas acima citadas, as despesas com subsídios e subvenções econômicas apresentaram uma redução real de 17,2% no acumulado de 2014 em relação ao ano anterior. Os principais responsáveis por esta queda foram a diminuição de R\$, 1,1 bilhão com equalização de juros do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e as despesas com alongamento da dívida do crédito rural com o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA). As despesas com pessoal e encargos sociais tiveram um aumento real de 1,1% no ano de 2014 em relação ano anterior. Contribuíram para este desempenho a diminuição dos pagamentos com precatórios e sentenças judiciais na ordem de R\$ 489 milhões. Todos os valores apresentados e discutidos estão disponíveis para consulta na Tabela 1.3 do Apêndice A.

As transferências constitucionais repassadas aos entes federados.



**Gráfico 7 – Taxa de Crescimento Real – Despesas Primárias – 2014/2013**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN.  
Elaboração: SEI/Coref.

## INVESTIMENTOS DO PAC NA BAHIA

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) desembolsou pouco mais de R\$ 1 bilhão de reais em 2014 no estado da Bahia<sup>3</sup>. Esse valor representa o dobro do que foi investido no ano de 2013, cerca de R\$ 541 milhões de reais. Novamente, 82% dos valores desembolsados em 2014 estão concentrados na execução da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), trechos Ilhéus-Caetité e Caetité-Barreiras. Com a manutenção de trechos rodoviários, o desembolso dos valores em 2014 foi de 11% do valor total ou cerca de R\$ 111 milhões de reais. A Ta-

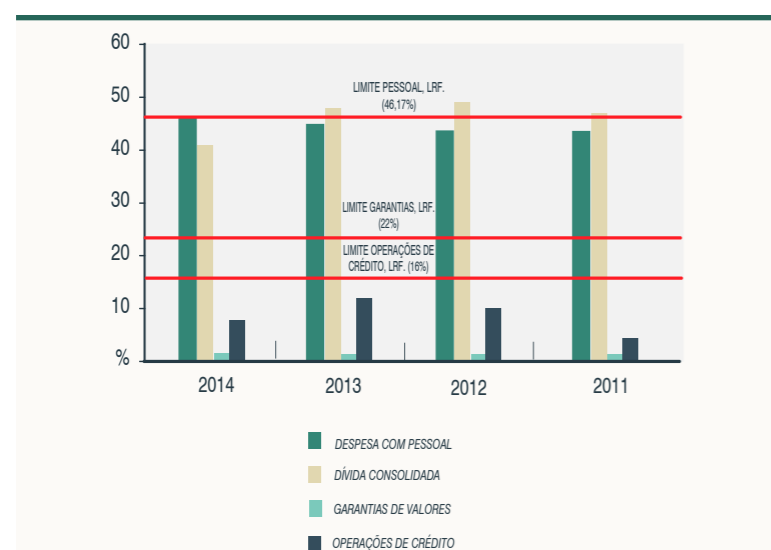
<sup>3</sup> Não inclui os valores de todos os seis eixos do PAC2, apenas aqueles que contam com aplicação direta da União.



bela 1.5 do Apêndice A apresenta essas informações para o estado da Bahia em 2014.

## ESTADO

O estado da Bahia terminou o ano de 2014 cumprindo todos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). O gráfico 8 apresenta essas informações.



**Gráfico 8 – Limites da LRF – Relatórios de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre (RGF) – 2011-2014**

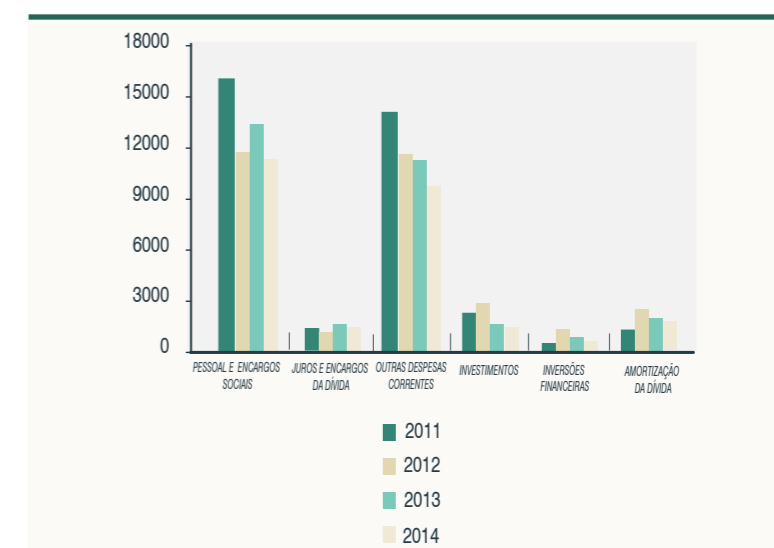
Fonte: Secretaria da Fazenda – Sefaz-BA.  
Elaboração: SEI/Coref.

As despesas com pessoal no estado da Bahia durante os anos de 2011 a 2014 mantiveram-se estável no patamar de 45% da Receita Corrente Líquida (RCL), bem próximo do limite prudencial estabelecido pela LRF de 46,17%. A dívida

consolidada líquida do estado no ano de 2014 terminou em 40% da RCL, muito abaixo do limite de 200% permitido pela LRF. No que se refere às operações de crédito e garantia de valores, em 2014 esses indicadores fecharam em 5,5% e 0,35% da RCL, respectivamente. Para estes indicadores, a LRF outorga os limites de 16% e 22% respectivamente.

Para a execução orçamentária bimestral, no desempenho acumulado de 2014 em relação ao ano anterior, houve um acréscimo nominal nas despesas orçamentárias de 14%. Apesar de estarem dentro dos parâmetros definidos pela LRF, as despesas com pessoal e encargos sociais foi o item que mais cresceu nas despesas correntes no desempenho acumulado de 2014 em relação ao ano anterior, 37%. Infelizmente os dados neste relatório bimestral não exibem um nível de desagregação maior, o que dificulta análises mais aprofundadas. Por outro lado, nas despesas de capital, houve um decréscimo nominal de 40% nos valores executados no acumulado de 2014 em relação à 2013. Neste grupo, a principal queda está associada aos desembolsos com amortização da dívida, 67%. O gráfico 9 apresenta essas informações. Os valores podem ser consultados na tabela 2.5 do anexo B.

Os valores arrecadados com o ICMS no ano de 2014 cresceram 4% em termos reais na comparação com o ano anterior.

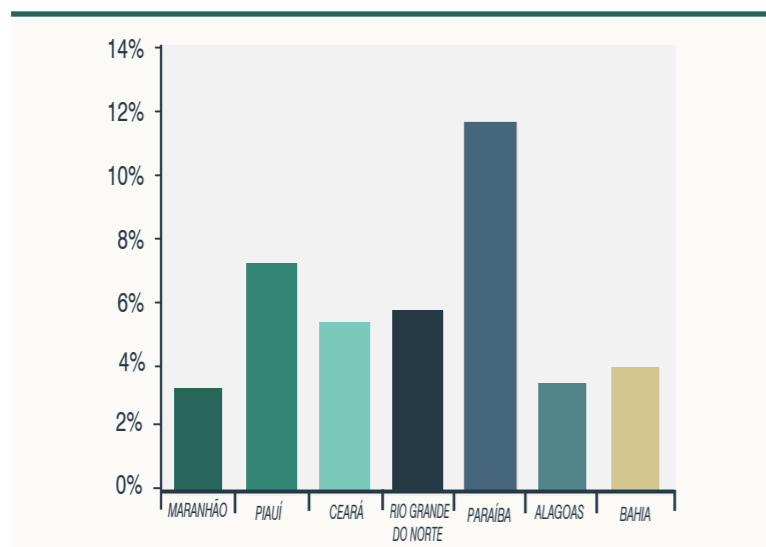


**Gráfico 9 – Despesas Orçamentárias – Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) – 2011-2014**

Fonte: Secretaria da Fazenda – Sefaz-BA.  
Elaboração: SEI/Coref.

Apesar de arrecadar mais em valores absolutos, esta taxa de crescimento foi acompanhada por outros estados da região Nordeste. O gráfico 10 apresenta essa informação. À exceção do estado da Paraíba, os demais estados da região elevaram sua arrecadação com o ICMS, em média, 5% em valores reais. Dada a importância da exploração de petróleo nas suas estruturas produtivas, os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo foram os únicos entes da federação que apresentaram involução no recolhimento de ICMS no país. Os dados estão disponíveis na Tabela 2.4 do Apêndice B.

Os principais parâmetros de sustentabilidade fiscal apresentaram desempenho negativo em



**Gráfico 10 – Taxa de Crescimento – Arrecadação ICMS – 2014/2013**

Fonte: Conselho de Política Fazendária – Confaz /Ministério da Fazenda.  
Elaboração: SEI/Coref.

2014 na comparação com o ano anterior. O resultado primário, nominal, juros nominais e dívida líquida do governo do estado, da capital e dos principais municípios do estado da Bahia podem ser visualizados na tabela 1.

**Tabela 1 – Dívida Líquida e Necessidades de Financiamento – 2014/2013**

Bahia, capital e principais municípios*	Fluxo acumulados no ano	
	Dez.	
	2013	2014
Dívida Líquida	10.760,85	13.202,44
Juros Nominais	854,10	859,10
Resultado Primário	-1.435,47	696,13
Resultado Nominal	-581,37	1.555,23

Fonte: Banco Central do Brasil, BCB.  
Elaboração: SEI/Coref.

É possível observar que, apesar da conta de juros nominais permanecer estável entre 2013 e

2014, a dívida líquida do governo do estado, capital e dos principais municípios apresentou aumento de 22% ao fim de 2014, o que pode ser ratificado pelas necessidades de financiamento do setor público (NFSP ou Resultado Nominal) que passaram de uma situação superavitária em 2013 para uma posição deficitária em 2014. As tabelas 2.7 e 3.9 dos anexos B e C apresentam o endividamento contratual dos estados e municípios junto ao Tesouro Nacional e ao Sistema Financeiro Nacional, respectivamente. As informações da tabela 1 podem ser visualizadas na tabela 2.6 do anexo B.

## MUNICÍPIOS

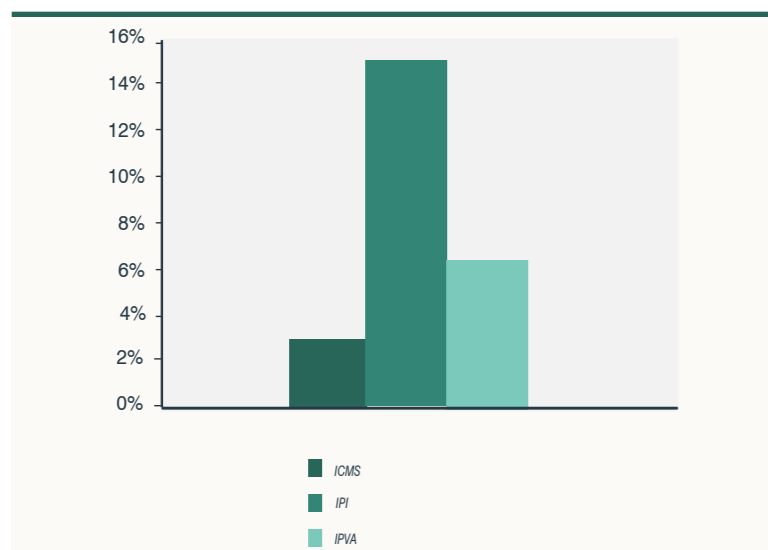
A escassez de informações em alta frequência sobre as finanças públicas dos municípios é um dos obstáculos a disseminação de trabalhos conjunturais sobre as finanças municipais. Nesse caso, este boletim permanecerá acompanhando o volume de transferências constitucionais recebidas pelos municípios por tipo de transferências. Adicionalmente, o endividamento contratual dos municípios junto ao Tesouro Nacional e as instituições financeiras públicas e privadas também serão acompanhados regularmente neste boletim. A intenção é incorporar uma importante dimensão da execução orçamentária dos municípios, cuja divulgação é mais tempestiva que os balanços

anuais da série Finbra-STN. Assim, as finanças públicas municipais podem ser interpretadas de forma mais célere, aprimorando a tomada de decisão dos agentes econômicos.

Os repasses constitucionais (ICMS, IPVA e IPI -Exportação) aos municípios do estado da Bahia em 2014 apresentaram aumento real de 3,2% no desempenho acumulado em relação ao ano anterior. O principal responsável por este desempenho é o aumento real de 14,2% nos repasses do IPI-Exportação, cujo desempenho está estritamente relacionado a majoração das alíquotas do IPI pela União durante o segundo semestre de 2014. Neste caso, os municípios se beneficiaram com o aumento real na arrecadação do IPI de 1,5% no acumulado de 2014 em relação à 2013. Os repasses do ICMS aos municípios, apesar de serem majoritários em valores absolutos, apresentaram um aumento real de 2,7% em 2014.

Os repasses provenientes do IPVA apresentaram aumento real de 6,6%, corroborando com o aumento de 8,4% no total de veículos fabricados e emplacados no estado da Bahia em 2014<sup>4</sup>. O gráfico 11 apresenta essas informações. Os dados estão disponíveis na Tabela 3.2 do Apêndice C. Os valores repassados de cada imposto (ICMS, IPVA e IPI), por município, estão disponíveis nas Tabelas 3.3, 3.4 e 3.5 (Apêndice).

<sup>4</sup> Ver <http://www.denatran.gov.br/frota.htm>.



**Gráfico 11 – Repasses Constitucionais aos municípios do estado da Bahia – 2014/2013**

Fonte: Secretaria da Fazenda – Sefaz-BA.  
Elaboração: SEI/Coref.

